

Futuros desiguais?

Sonhos e projetos de filhos de imigrantes em Portugal

Sandra Mateus

FUTUROS DESIGUAIS?

SONHOS E PROJETOS DE FILHOS DE IMIGRANTES EM
PORTUGAL



LISBOA, 2021

© Sandra Mateus, 2021

Sandra Mateus

Futuros desiguais? Sonhos e projetos de filhos de imigrantes em Portugal

Primeira edição: junho de 2021

Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-78-5

Depósito legal: 487003/21

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Lina Cardoso
Foto da capa: Milena Seita
Revisão de texto: Ana Valentim
Impressão e acabamentos: Europress, Ld.^a

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte-iul.pt
Site: <http://mundossociais.com>

ÍNDICE

Índice de quadros	vii
Agradecimentos	xi
Introdução	1
1 Descendentes de imigrantes. Lentes e planos de observação	7
(Des)construindo a diferença: cultura, identidade e etnicidade	7
Assimilação e integração: panorâmicas transatlânticas sobre um mesmo objeto	21
Ampliando os planos de focagem: matrizes e contextos de socialização e de participação.....	34
2 Imaginar o futuro. Figuras e dimensões das orientações prefigurativas	51
Reflexividade e processos de decisão: perspectivas teóricas contemporâneas	51
Orientações prefigurativas: projetos, aspirações e expectativas	58
3 Notas metodológicas. Estratégia e itinerário	73
Abordagem qualitativa.....	75
4 Retratos sociais e experiências quotidianas	79
Retratos partilhados e particulares: caracterização, posicionamentos e pertenças sociais	79
Propriedades ligadas à origem migratória	87
Sentimentos de pertença nacional e relação com os países de origem .	92
Experiências quotidianas, escolares e familiares	96
Práticas, disposições e modos de relação com as normas escolares.....	102

Experiências familiares: acompanhamento, diálogo e práticas culturais.....	109
5 Mobilidades reais e virtuais. Orientações escolares e profissionais ...	117
Aspirações e expectativas escolares	117
Escolhas escolares no ensino secundário	122
Processos de orientação escolar e profissional	126
Orientações profissionais e estruturas de oportunidade.....	135
Universos profissionais de referência	144
Atitudes em relação ao futuro e mobilidade	146
Cartografia de projeção no futuro: tipologia	151
Futuros desiguais? Discussão	162
Conclusões.....	167
Anexo: regressões logísticas.....	171
Referências bibliográficas.....	175

Índice de quadros

3.1	Caracterização dos alunos entrevistados	76
3.2	Perfil dos progenitores entrevistados	77
4.1	Atributos individuais, por grupo de origem	81
4.2	Atributos dos grupos domésticos, por grupo de origem	82
4.3	Qualificações escolares atingidas pelos progenitores, por grupo de origem	83
4.4	Condição perante o trabalho e composição profissional dos progenitores, por grupo de origem (%).....	84
4.5	Classe social dos progenitores (indicador socioprofissional familiar de classe) e beneficiários de ação social escolar, por grupo de origem (%).....	87
4.6	Ascendência étnico-nacional, por grupo de origem.....	88
4.7	Naturalidade, nacionalidade e permanência em Portugal, por grupo de origem	90
4.8	Indicadores de relação com a língua portuguesa, por grupo de origem em Portugal	91
4.9	Sentimento de identidade territorial e atitude em relação ao país de origem, por grupo de origem (%)	93
4.10	Número de reprovações, ciclo de reprovação e razões de reprovação, por grupo de origem (%).....	97
4.11	Reprovações nos grupos de origem, por propriedades sociais (%).....	99
4.12	Variáveis de desempenho e classificações médias segundo as propriedades sociais, por grupo de origem (%).....	101
4.13	Disposições favoráveis, frequência de estudo e apoio escolar, por grupo de origem (%).....	103
4.14	Assiduidade, infrações e relação de conformidade, por grupo de origem (%).....	105
4.15	Apreciação das condições relacionais, estruturais e pedagógicas das escolas frequentadas, por grupo de origem (%)	106

4.16	Práticas de acompanhamento escolar e temas de diálogo na família, por grupo de origem (%).....	111
5.1	Aspirações e expectativas escolares, e intervalo entre ambas, por grupo de origem	118
5.2	Modalidade de ensino escolhido no ensino secundário, área de estudos e principais motivos de escolha e referentes importantes, por grupo de origem (%).....	123
5.3	Participação em sessões de aconselhamento, atividades e temas, por grupo de origem (%).....	128
5.4	Dez profissões mais escolhidas, por grupo de origem (%)	136
5.5	Aspirações e expectativas profissionais, segundo o grau de prestígio e qualificação, por grupo de origem (%).....	138
5.6	Cinco profissões mais aspiradas pelos progenitores, por grupo de origem (%).....	143
5.7	Aspirações profissionais familiares, segundo o grau de prestígio e qualificação, por grupo de origem (%).....	143
5.8	Universos profissionais de referência, segundo o grupo de origem (%).....	145
5.9	Condições, valores, atitudes e perspectivas de mobilidade no futuro, por grupo de origem (%).....	147
5.10	Variáveis mediadoras da amplitude e definição das orientações escolares e profissionais, segundo universo (regressão logística)	152
5.11	Projetos de futuro, por grupo de origem	157

Agradecimentos

A elaboração desta investigação, e a publicação deste livro, fez-se num tempo largo, entrecruzado de experiências profissionais e vivências pessoais, pleno de generosidades. É, por isso, de certo modo, um resultado coletivo.

Institucionalmente, a investigação contou com a generosidade e a abertura dos diretores das 13 escolas envolvidas, bem como dos professores, funcionários e, sobretudo, alunos e pais que nela participaram. A sua concretização só foi possível pela existência e acesso a incentivos públicos à investigação promovidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Beneficiou, quer dos fundos para a formação de recursos humanos a nível avançado, quer do investimento em projetos de investigação e desenvolvimento.

O estudo contou também com o enquadramento institucional no CIES — Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (do Iscte — Instituto Universitário de Lisboa) e com o apoio das suas direções e equipa de gestão, nomeadamente de Neide Jorge. Intimamente ligada ao desenvolvimento desta questão está uma equipa coordenada por Teresa Seabra, a quem devo muito, a começar pela paixão por este tema, e a quem agradeço a confiança, a amizade, a humanidade e os incontáveis incentivos que me proporcionou ao longo destes anos. Agradeço igualmente a Elisabete Rodrigues, Magda Nico e Ana Paula Jerónimo, membros da mesma equipa no período 2007-2009. As análises contaram com o apoio técnico de Bárbara Silva, Rui Brites e, especialmente, Cátia Nunes; e a revisão de texto com o contributo de Patrícia Amaral, Susana Murteira, Vitor Sérgio Ferreira, Susana Martins, Cristina Conceição e Cristina Santos Costa. A foto usada na capa deste livro é de Milena Seita, e estamos muito gratas pela sua cedência. Um sentido e imenso agradecimento a Fernando Luís Machado, orientador da dissertação que está na base deste livro, pelo estímulo intelectual e a grande disponibilidade que imprimiu na nossa relação.

Por fim, um agradecimento ao Jorge, que, pacientemente, me ajudou a imaginar, mapear e percorrer todos os (longos) trilhos.

Introdução

Podem os sonhos, as aspirações, ser matéria sociológica? E poderão os sonhos ajudar-nos a compreender as trajetórias escolares e os percursos de vida de um grupo de jovens em particular — os filhos de imigrantes? Poderemos, através da análise das suas aspirações e expectativas de futuro, antever futuros desiguais?

No início dos anos 90, em Portugal, como na Europa ou nos Estados Unidos, os filhos de imigrantes começaram a ocupar um lugar relevante nos estudos sociológicos. Os movimentos migratórios têm exigido novos cruzamentos de saberes aos investigadores que vão ao encontro da sua experiência. Não são, eles próprios, imigrantes. Os seus mapas de experiência social distinguem-se daqueles dos seus pais. Partilham uma especificidade: terem progenitores nascidos noutros países e um legado cultural mais complexo, que ultrapassa as fronteiras nacionais. São, pois, cidadãos de territórios mais alargados, que nasceram, ou foram socializados, na sociedade de acolhimento dos seus progenitores, influenciados por instâncias como a escola, os *media* ou os grupos de pares. Nos últimos 30 anos, ganharam visibilidade nas escolas dos grandes espaços urbanos, construídas, ainda, numa premissa de homogeneidade. Chegam agora às universidades, trazendo os seus recursos e experiências e contribuindo eles e elas próprias para observação, questionamento e narrativa da realidade e para a produção de conhecimento (Seabra e outros, 2016).

Estes jovens constituem, como afirmam Machado e Matias (2006), a medida da sedentarização e integração dos fluxos imigratórios no país. Apesar dos ciclos económicos regionais, e dos seus efeitos de atração ou repulsão das populações migratórias, as sociedades europeias são caracterizadas por coletivos sociais cada vez mais diversos. Perlmann e Waldinger (1997) notaram como a agenda de investigação em migrações nas ciências sociais se alterou dos imigrantes para os seus filhos — e, entre estes, aqueles confrontados com uma maior vulnerabilidade e dificuldade estrutural, os *headed for trouble*. Portes e Zhou afirmavam, nas primeiras linhas de um artigo clássico, que “crescer numa família imigrante foi sempre difícil, já que os indivíduos são assolados por exigências culturais e sociais enquanto enfrentam o desafio de entrar num mundo não familiar e frequentemente hostil” (1993: 75).

O tom pessimista destas afirmações inscreve-se numa tendência comum que atravessa a perceção pública até aos nossos dias: um certo “pânico moral” relativo à possibilidade de não integração por parte dos descendentes de imigrantes, uma perspetiva assente nas competências e recursos em défice. Olhares que são atravessados por lógicas de discriminação, por conceções apriorísticas sobre a pertença, sobre quem somos “nós” e quem são “eles”.

Entre esses primeiros estudos e o momento em que nos encontramos, os filhos de imigrantes ganharam visibilidade, emergiram nas expressões artísticas, ocuparam novos (mas também velhos) lugares no mercado de trabalho, inspiraram políticas públicas e possibilitaram a expansão do conhecimento sobre novas formas de desigualdade escolar e social. Além disso, começaram a marcar outras agendas para lá da académica, organizando-se em coletivos presentes no espaço público através da reivindicação de direitos e pertenças.¹ Um dos aspetos que estes coletivos mais têm contestado é justamente a ideia de “integração” — como podem as crianças e jovens profundamente imersos nas estruturas escolares, comunitárias e familiares, em praticamente todo o território português, serem considerados “o outro”? Como podem as crianças e jovens nascidos em Portugal ou aqui escolarizados ser analisados com recurso a perspetivas e instrumentos conceptuais que as exteriorizam, como o conceito de integração?

Em grande medida orientados por esse mesmo conceito, os estudos realizados nas últimas décadas em Portugal têm revelado padrões de escolarização e transição para a vida ativa complexos e diversificados entre estes jovens. Oferecem uma perspetiva comparada do sucesso destes alunos, observando percursos e resultados escolares, focando-se na forte relação que existe entre estes e as condições familiares, e evidenciando a diversidade que os caracteriza (Seabra, 2010; Seabra e outros, 2016 e 2018). Demonstram diferenças penalizantes nos resultados escolares, nos percursos dentro do sistema de ensino e nas taxas de abandono. Não em todos, nem para todos da mesma forma. A população escolar de origem imigrante tem um perfil muito diverso em Portugal, incluindo origens europeias e não europeias, com níveis variados de condições sociais e capitais escolares nas famílias. Em comum, genericamente, as famílias imigrantes enfrentam obstáculos que marcam o modo como acedem à escola, tais como o desconhecimento sobre a organização dos ciclos, a rede de oferta educativa, a qualidade das escolas, ou os seus direitos e deveres, além dos desafios linguísticos (Hortas, 2014; Seabra, 2010).

Mais recentemente, há um certo excecionalismo que tem sido apontado aos filhos de imigrantes portugueses nos relatórios internacionais (OCDE, 2018). Por exemplo, taxas de frequência de educação pré-escolar das mais elevadas em termos internacionais e uma diminuição da diferença de resultados registados entre

1 Destaca-se o aumento do debate público, da visibilização e capacidade de reivindicação dos filhos de imigrantes a partir da constituição de novos movimentos sociais antirracistas, como o Instituto da Mulher Negra em Portugal (INMUNE), o Coletivo Consciência Negra, a Plataforma Gueto, a FEMAFRO e Afrolis — Associação Cultura, entre outros. Estes coletivos têm reivindicado a inclusão de categorias raciais no Censos populacional português, para possibilitar a análise de processos de discriminação e racismo, nomeadamente no contexto educativo.

crianças e jovens autóctones e de origem imigrante. Estes últimos melhoraram consideravelmente os seus resultados escolares entre as aplicações do Inquérito PISA de 2003 e 2015. Nos últimos resultados, verifica-se uma certa proximidade entre alunos nativos e filhos de imigrantes nascidos em Portugal, e uma maior distância relativamente aos alunos nascidos no estrangeiro de primeira geração, com *scores* mais baixos (OCDE, 2018). No caso de existirem condições sociais semelhantes e a língua falada em casa ser o português, a maioria das diferenças desaparece. As tendências descritas devem, no entanto, ser lidas com cautela. A melhoria dos resultados escolares dos filhos de imigrantes tem sido registada como uma tendência europeia e varia segundo a história de receção migratória, a qualidade dos sistemas de ensino e, mais recentemente, o investimento em educação (Riederer e Verwiebe, 2015).

Há, no entanto, diferenças que parecem persistir. Foi também em Portugal (tal como na Bélgica, na Irlanda e no Luxemburgo) que os alunos nascidos no estrangeiro expressaram maior alienação perante a educação (OCDE, 2015). Parte dos estudos produzidos nos anos mais recentes evidenciam dinâmicas de discriminação e permanência da desigualdade de resultados em alguns grupos, que direciona a análise para as condições e contextos institucionais (Guerra e outros, 2019; Seabra e outros, 2018; Seabra e Cândido, 2019). Existem grupos com uma desvantagem escolar persistente, como os filhos de imigrantes cabo-verdianos ou com origem africana. No que se refere à presença e aos percursos dos jovens de origem africana no sistema educativo português, um estudo de 2016 destacou que existem desigualdades importantes no acesso ao ensino superior entre afrodescendentes e os pares de origem portuguesa, desigualdade agravada na última década. Mostra que houve um retrocesso nas taxas de acesso ao ensino superior por parte dos afrodescendentes; e que há evidências de um forte encaminhamento destes jovens para as vias profissionalizantes logo no ensino básico, mas sobretudo no ensino secundário, abrangendo a esmagadora maioria dos alunos de nacionalidade PALOP (Seabra e outros, 2016). Estes estão mais frequentemente presentes em escolas de territórios marginalizados, assim como nas vias curriculares socialmente menos valorizadas (Seabra e outros, 2016 e 2018).

É neste grupo que os sinais de exclusão escolar parecem ser maiores, sobretudo devido ao capital escolar das famílias e sua origem de classe. Mas também por causa de processos de segregação étnico-racial, perceções negativas sobre esses grupos e sua relação histórica com a sociedade de acolhimento, denunciados em estudos que analisam representações dos atores escolares e o papel dos currículos, manuais e conteúdos escolares (Abrantes e Roldão, 2019; Araújo, 2014; Araújo e Maeso, 2010; Mateus, 2019b). É este um dos campos em que a produção parece ganhar fôlego no contexto português. É disso exemplo o recente lançamento de uma Recomendação sobre Cidadania e Educação Antirracista por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2020), que defende que o racismo deve ser um assunto abordado nas aulas de educação para a cidadania e que deve haver uma discussão alargada, a partir da escola, sobre o colonialismo e a expansão portuguesa, que integre diferentes pontos de vista; tal como recomenda a recolha de dados raciais de alunos no combate ao racismo.

Regressando ao estudo que está na base deste livro, podemos afirmar que os sonhos e as aspirações têm estado timidamente presentes nesta produção de conhecimento sociológico. Os dados aqui analisados, recolhidos no ano letivo de 2006/2007, decorrem do primeiro inquérito alargado e de âmbito nacional sobre esta temática. Mantêm-se, pelo seu teor, relevantes para a compreensão das orientações de futuro. Sabemos agora, como não sabíamos no início desta pesquisa, que a maioria das crianças e jovens de origem imigrante, bem como os seus pais, têm aspirações educacionais e profissionais elevadas, na maioria dos casos mais elevadas do que acontece nas famílias autóctones, sobretudo quando o estatuto socioeconómico de todos é baixo (OCDE, 2015; Seabra, 2010; Seabra e outros, 2011). Os sonhos e os projetos pessoais ou, numa terminologia mais sociológica, as orientações prefigurativas, escolares e profissionais, são formas de adaptação, críticas na compreensão das identidades, dos valores, tal como dos regimes institucionais e das estruturas de oportunidade (Devadason, 2008; Dubet, 1973). A imaginação de sentido projetivo precede, possibilita ou constrange a ação; e reflete contextos sociais e arranjos institucionais. Representam, por isso, um campo por excelência de observação do efeito das estruturas, tanto quanto de análise dos recursos e da agência individual.

As representações e atitudes perante o futuro são, em grande medida, expressão do sistema de valores decorrente das pertenças sociais. Mas terão a mesma relação com a origem migratória e a etnicidade? De que forma a etnicidade se intersecciona e tem impacto nas modalidades de projeção no futuro, e de que forma estas modalidades são, nos descendentes de imigrantes, convergentes ou divergentes em relação aos pares autóctones? Poderão elas ajudar-nos a compreender processos de integração estrutural e social mais alargados? A reflexão que propomos neste livro parte destas interrogações e procura compreender quais são as orientações escolares e profissionais dos filhos de imigrantes, equacionando uma das mais importantes dimensões dos modos de relação dos jovens com a educação — a construção de um projeto de futuro.

Iniciamos, assim, este trabalho com uma revisão teórica e concetual, nacional e internacional, dando conta dos principais desenvolvimentos teóricos que têm os descendentes de imigrantes e as orientações prefigurativas como objeto. Procurámos cruzar patrimónios, sintetizando visões, nem sempre dialogantes entre si; construindo uma posição de carácter mais *sintagmático*, e interativo, do que paradigmático ou institucional, no sentido proposto por Mouzelis (2008), ou seja, mais de articulação do que de mera justaposição argumentativa. Seguidamente, caracterizamos os jovens inquiridos, nas dimensões individuais e sociais partilhadas, e naquelas mais especificamente relacionadas com a herança migratória. Ainda na mesma secção, descrevemos as condições objetivas, subjetivas e institucionais de experiência dos jovens na escola e na família. No capítulo final, analisamos os seus sonhos e projetos, e propomos uma tipologia de modalidades de orientação para o futuro.

Procurámos descobrir e compreender os sonhos de futuro como manifestação e expressão sociológica, através do mapeamento e da compreensão das condições e experiências sociais, escolares e migratórias. Esse mapeamento, em todos os jovens, mas em particular nos jovens com *background* migratório, requer o

cruzamento de múltiplos saberes e sociologias. Kaufmann (2003) chama às orientações de futuro “pequenos cinemas” de socialização imaginária no nosso universo interior. A utilização da metáfora cinematográfica parece-nos, por isso, particularmente útil. Propomos uma leitura deste trabalho através de planos ora distanciados e abertos, ora aproximados e focados, necessariamente multidisciplinares. Planos próximos dos exercícios de proximidade e distância, familiaridade e estranhamento de Gilberto Velho (1987), e de busca pelas continuidades e descontinuidades, sociais, culturais, mas também escolares de Fernando Luís Machado (2002). É a partir destes planos que realizaremos a análise sociológica das orientações de futuro.